

Credores não aliviam situação de devedor

Washington — Os comitês assessores do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional iniciaram ontem suas habituais reuniões com escassas perspectivas de que a comunidade financeira internacional dê novos passos para aliviar o problema da dívida externa.

A atitude dos poderes industriais contrasta com o aumento de 43 bilhões de dólares das obrigações que têm os 130 países em desenvolvimento que, segundo as cifras passadas às reuniões, no ano passado subiu de 992 bilhões para 1 bilhão e 35 milhões de dólares.

Os 130 países estão representados por oito países latino-americanos no chamado grupo dos 24, que foi o primeiro a iniciar os trabalhos com a participação dos assessores dos ministros das Finanças do Peru, Brasil, Colômbia, Venezuela, Argentina, Guatemala e Trinidad.

Os ministros vão reunir-se quarta-feira com seus oito colegas da Ásia e outros oito da África para atuar sobre o que foi esboçado por seus assessores antes da reunião de sexta-feira com os países industrializados, no que tecnicamente se chama o comitê provisório do FMI e o comitê do FMI e do Banco Mundial para a transferência real de recursos aos países em desenvolvimento.

Os membros da assembléia anteciparam que os 24 pedirão uma ação muito mais ampla que a admitida no plano do secretário do Tesouro norte-americano James A. Baker, sem dúvida as cartas estão lançadas.

O novo diretor-gerente do FMI, Michael Camdessus, parece haver aceito a idéia de que é inútil qualquer tentativa de

modificar o estado de coisas existentes, a menos que os grandes países não mudem de enfoque em suas relações com o mundo em desenvolvimento.

A informação disponível é que Japão, França, Alemanha, Inglaterra e os Estados Unidos concentrarão seus esforços imediatos na estabilização de suas próprias moedas.

O ponto focal das conversações dos grandes será se a paridade de 150 ienes japoneses por dólar é suficientemente baixa para reduzir o déficit norte-americano. O convênio conseguido em fevereiro passado em Paris foi enfraquecido, além disso, pelas ameaças dos Estados Unidos de aplicar sanções ao Japão se não reduzir as exportações de produtos eletrônicos que saturam o mercado norte-americano.

«Nessas circunstâncias», disse uma fonte norte-americana, «se analisará superficialmente a questão da dívida externa e as necessidades de uma maior ajuda aos países em desenvolvimento».

A maior preocupação de Baker nestas circunstâncias é conseguir entendimentos mais precisos para ampliar a atividade econômica com a qual se aliviarão as pressões sobre o dólar.

A redução do déficit norte-americano prejudica a redução dos superávits em outros países, assinalam os observadores, e a única maneira de que o peso do reajuste não caia nos países em desenvolvimento, especialmente sobre grandes sócios comerciais na América Latina, é a expansão da atividade econômica no Japão e Alemanha. Os dois países não deram sinais ainda de desejar entrar por esse caminho que consideram inflacionista.